

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A KG-Services, com sede em Aqualva-Cacém, apresenta-se como uma empresa, entre outras atividades, dedicada à prestação de serviços de limpeza geral em todos os tipos de edifícios. Esta empresa tem vários contratos de prestação de serviços de limpeza com organismos do Estado ou com financiamento público.

A KG-Services mantinha contratos para a prestação de serviços de limpeza industrial, no seguimento de concursos públicos lançados para o efeito, nos edifícios onde funcionam o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP) e a Presidência do Conselho de Ministros (PCM). Perante a proximidade do termo destes contratos, e como é habitual no regime de outsourcing, foram lançados novos concursos destinados à prestação destes mesmos serviços. Desta feita, não foi a empresa KG-Services que ganhou o concurso, mas uma outra entidade.

Sucedo que, segundo informação divulgada pelo STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas, a administração da empresa não pagou os salários de junho, nem os correspondentes subsídios de férias, aos trabalhadores e trabalhadoras que estavam afetos aos serviços de limpeza prestados nos edifícios do INE, CRESAP e PCM.

De acordo com o STAD, os responsáveis da empresa, além de estarem em falta com o pagamento dos salários, dias de férias e respetivos subsídios, respondem aos contactos efetuados para regularização da situação de forma provocatória, deixando sem qualquer informação ou perspetiva estes e estas profissionais. Resulta ainda desta denúncia que o STAD já requereu ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social uma reunião com carácter de urgência à KG-Services para tentar resolver a situação.

Com salários baixos e sem receberem qualquer vencimento há mais de um mês, estes trabalhadores e estas trabalhadoras enfrentam situações pessoais insustentáveis, em que a falta de rendimentos atinge necessariamente o núcleo fundamental das suas obrigações e

contexto familiar, o que exige a imediata resolução deste incumprimento por parte da empresa.

Estes trabalhadores e estas trabalhadoras desempenharam funções essenciais para o funcionamento do INE, CRESAP E PCM e, embora estejam formalmente ao serviço desta empresa intermediária, cumprem funções permanentes. Este incumprimento grosseiro dos direitos laborais ocorre no contexto do desempenho de funções, não só em organismos públicos tutelados pelo Governo, mas mesmo na área governativa com a responsabilidade da coordenar a própria atividade do Governo.

O Governo tem, pois, particular responsabilidade e dever de atuação sobre esta matéria. Este incumprimento do pagamento de salários, dias de férias e respetivo subsídio, decorre no contexto da execução de um contrato de prestação de serviços no núcleo da coordenação governativa e com entidades públicas, devendo o Governo tomar todas as iniciativas por forma a assegurar que a empresa cumpre a lei laboral e respeita os direitos destes e destas profissionais.

Acresce ainda que esta empresa tem um historial conhecido de incumprimento das suas obrigações, com vários casos de atraso no pagamento de salários. Apesar deste histórico, que deveria alertar o Governo, esta empresa mantém uma vasta atividade baseada na celebração de contratos para a prestação de serviços em vários organismos do Estado ou com financiamento público.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Que diligência estão a ser tomadas ou serão tomadas pelo Governo, com vista à regularização da situação de salários em atraso que afeta os trabalhadores e as trabalhadoras da limpeza do INE, CRESAP e PCM, ao serviço da KG-Services? Está prevista alguma intervenção por parte da Autoridade para as Condições do Trabalho, por forma a obrigar a empresa a efetuar o pagamento dos salários? Pondera o Governo retirar consequência relativamente aos contratos que eventualmente mantém com esta empresa ou outros a celebrar no futuro?
2. Tem o Governo conhecimento de outras situações de salário em atraso na empresa, nomeadamente cumprindo funções em organismos públicos? Irá o Governo proceder de maneira a averiguar a eventual existência de outras situações de incumprimento das obrigações patronais pela empresa?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)